

Saúde só atende de fato a menos de 10% da população

Um diagnóstico da atual situação da saúde no Brasil mostra que apenas 3% a 10% da população tem as suas necessidades médico-sanitárias e médico-assistenciais satisfatoriamente atendidas - afirmou o Presidente da Federação Brasileira de Hospitais, Helvécio Boaventura Leite, que mantém dois representantes participando da V Conferência Nacional de Saúde em Brasília. Disse que enquanto o número "per-capita" de atendimentos, em cada ano, varia de 10 na Alemanha Federal a 5 nos Estados Unidos, no Brasil alcança menos de 1, tornando-se imprescindível a colaboração de todos os órgãos, oficiais e particulares, com os programas do Governo que visam a melhorar esse quadro.

Se isto não acontecer, com o crescimento da população e o consequente aumento das necessidades assistenciais, a situação poderá agravar-se nos próximos anos, pois deveremos chegar a 1.980 com 120 milhões de habitantes, segundo o II Plano

Nacional de Desenvolvimento. Helvécio Boaventura Leite informou que a III Reunião Especial dos Ministérios da Saúde das Américas concluiu pela necessidade de cada País oferecer à seus habitantes o mínimo de duas consultas/ano e um leito/dia/ano por pessoa.

PREVIDENCIA

"Dentro do princípio de que a saúde é uma das principais metas do Governo e um dos itens básicos do desenvolvimento social, o IN-PS está ampliando a assistência médico-hospitalar, que deverá beneficiar 80% da população urbana em 1980, ou seja cerca de 60 milhões de pessoas, correspondendo a quatro milhões de novos beneficiários, anualmente. Em 1976, o IN-PS prevê o atendimento de 50 milhões de beneficiários, com 100 milhões de consultas (duas para cada um) e utilizará 50 milhões de leitos, na base de um leito/dia para cada beneficiário, isto é 138,8 mil leitos/dia", disse Helvécio Leite.

Para manter o atual índice de leitos por mil habitantes (3,46), serão necessários mais 11.485 novos leitos hospitalares, anualmente, até 1980, considerando o aumento da população previsto pelo II PND, e prosseguir nesta proporção até o ano 2.000. "Devemos considerar que um hospital leva de 3 a 5 anos para ser construído e entrar em funcionamento, o que determinará uma queda dessa percentagem nos próximos anos, com a recuperação posterior. Aliás - disse Helvécio - entre 1971 e 1974 houve uma queda de 10%, pois naquele ano tínhamos 3,8 leitos por mil habitantes e chegamos ao início de 1975 com 3,46, devido ao crescimento da população não ter sido acompanhado pelo aumento de leitos na rede hospitalar brasileira".

PRÓXIMA DÉCADA

"Felizmente frisou o Presidente da Federação Brasileira de Hospitais - este quadro já pertence ao passado, pois agora, com os

recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS), acreditamos que será possível recuperar essa defasagem e melhorar as condições do atendimento médico-hospitalar, uma das prioridades do Governo Geisel. Temos que partir, no entanto, para uma melhora substancial na próxima década e chegar a 1.985 com o índice de 5 leitos por mil habitantes, o que exigirá a construção de 202.850 novos leitos em 10 anos, correspondendo a um investimento anual de cerca de Cr\$ 1,2 bilhão, a preços de hoje".

"Nesta ampliação - continuou - com a redução da correção monetária para as áreas prioritárias, a presença da iniciativa privada será decisiva, pois estes custos, adicionados aos da manutenção e equipamento, corresponderiam a 26% do orçamento da União. Podemos exemplificar citando o fato de que a manutenção atual da rede hospitalar brasileira, considerando o custo de Cr\$ 200,00 paciente/dia,

daria Cr\$ 26.829.106.000,00 (26% do orçamento). Manifestou a confiança na decisão do Governo de ampliar a assistência à população e no êxito do FAS para que possamos chegar a 1.990 com o índice de 7 a 8 leitos por mil habitantes, já alcançado pelos países mais desenvolvidos".

O Presidente da FBH afirmando que na prestação da assistência médico-hospitalar o Governo deve incentivar a iniciativa privada, entregando-lhe progressivamente a execução dos serviços. Devem ser incentivadas, prioritariamente, as iniciativas já comprovadamente eficientes, como a assistência aos beneficiários da Previdência Social. "Outro exemplo é o convênio com empresas que só no Estado de São Paulo beneficia 2 milhões de pessoas, que deixaram de ser atendidas diretamente pelo INPS, desafogando os seus postos de atendimento, em benefício de outras camadas da população", concluiu.